assinados na mesma data, em 18 de junho de 2025. Foi defendida a importância da manutenção da cobertura vegetal existente às margens do Rio Sorocaba, em razão dos benefícios ambientais proporcionados à coletividade. Na sequência, houve manifestação acerca da preservação do trecho urbano e das disposições constantes do Plano Diretor, sendo questionada eventual contradição entre a ampliação de área destinada à conservação e preservação e a previsão de supressão de vegetação para implantação da obra. A representante solicitou esclarecimentos sobre essa circunstância e manifestou preocupação com a retirada da vegetação existente, por entender que a área exerce função ambiental relevante na proteção do Município. Na continuidade, foi questionada a compatibilidade da intervenção com as disposições do Plano Diretor e com a legislação ambiental, especialmente diante da previsão de conservação e preservação do trecho urbano mencionado. Foi sustentado que haveria contradição entre essa proteção e a autorização para supressão da vegetação. O Secretário Maurício Campanati explicou que: "pelo contrário, a área de preservação do trecho urbano do Rio Sorocaba foi ampliada em 10 metros... então a partir de um trecho, através de uma emenda ... houve ampliação desse trecho urbano. Dessa forma, mencionou-se a existência de previsão legal para implantação de infraestrutura urbana em área de preservação. A premissa informada foi o Código Florestal Brasileiro. Porém foram levantadas dúvidas quanto à consideração das nascentes e ao atendimento das exigências do Código Florestal. A representante afirmou que o próprio laudo indicaria a existência de 721 árvores nativas isoladas e contestou a informação de que a maioria da vegetação não seria nativa, alegando que essa informação estaria sendo divulgada de forma incorreta, inclusive à imprensa. Também pediu esclarecimentos sobre declarações veiculadas em reportagem do Jornal Cruzeiro do Sul, bem como em falas atribuídas ao Prefeito, acerca da possível supressão de aproximadamente 1.500 árvores, questionando se já existiria autorização para esse quantitativo e qual seria, efetivamente, o número de árvores abrangidas pela intervenção. Foram ainda levantadas questões relativas às alternativas de traçado, ao transporte público e à mobilidade urbana. A representante afirmou que teria ocorrido redução na oferta de transporte público e que usuários enfrentariam dificuldades para embarcar nos ônibus, defendendo maior atenção às políticas públicas destinadas à população trabalhadora e socialmente vulnerável. Criticou o modelo de desenvolvimento urbano que,

em sua avaliação, favoreceria empreendimentos imobiliários e grupos com maior poder econômico, em prejuízo da habitação popular, da mobilidade e da qualidade de vida da maioria da população. A manifestação também abordou a necessidade de alternativas ao transporte individual, com investimentos no transporte coletivo e na infraestrutura ciclo viária, ressaltando a falta de segurança para o deslocamento de bicicletas no Município. A representante afirmou que a sociedade civil desejava contribuir para a construção de soluções, e não apenas manter uma relação de embate com o Poder Público, solicitando que fossem apresentados projetos e alternativas capazes de conciliar mobilidade, proteção ambiental e qualidade de vida. Em seguida, foram relatadas preocupações com a possibilidade de que áreas particulares atualmente vegetadas venham a ser ocupadas por novos empreendimentos imobiliários, aumentando a impermeabilização do solo, o escoamento superficial e o risco de enchentes, sobretudo nas áreas localizadas na margem esquerda do rio. Também foram mencionados os impactos das emissões veiculares e a importância da vegetação para a saúde física e mental da população. Houve manifestação no sentido de que seria necessária maior participação da população e maior investimento em educação ambiental. Na sequência, Gustavo, representante do NEMI informou que o CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente – teria sido provocado acerca da obra, sendo mencionado pedido de suspensão da intervenção. Diante disso, foi solicitado que eventual continuidade das atividades aguardasse a apreciação da questão pelo órgão competente. Também foi solicitado que houvesse possibilidade de diálogo com o Prefeito Municipal, por entenderem os manifestantes que a matéria demanda decisão de natureza política, além das avaliações técnicas realizadas pelos órgãos municipais. Em resposta aos questionamentos, a Secretária Jéssica esclareceu que a vegetação abrangida pelo projeto estaria classificada em três categorias distintas: maciços de leucenas, árvores nativas isoladas e maciços de árvores nativas. Informou que as 721 unidades mencionadas corresponderiam às árvores nativas isoladas, enquanto os maciços de leucenas e de vegetação nativa seriam contabilizados por área, em hectares, com estimativa de quantitativo. Reconheceu que essa diferenciação poderia estar causando dificuldade na compreensão dos números e colocou-se à disposição para encaminhar as informações de forma mais clara. Quanto aos laudos, esclareceu que iria falar de modo amplo e generalista, mas que todos os documentos teriam sido

apresentados ao órgão licenciador e que, além da análise documental, os técnicos responsáveis também realizaram visitas ao local. Ressaltou que o processo de licenciamento não teria sido simples nem rápido, tendo envolvido diversas análises, idas, vindas e alterações nos projetos. Informou que foram promovidas modificações com a finalidade de reduzir os impactos da intervenção, inclusive com redução de aproximadamente sete metros em determinado trecho do projeto. Mencionou também modificações efetuadas no Jardim Itanguá, que teriam evitado uma desapropriação de grandes proporções e a remoção de mais de duzentas famílias. A representante do Poder Público afirmou compreender que a sociedade civil considerasse os estudos rasos ou simplificados, mas ressaltou que os projetos teriam sido analisados e licenciados pelos órgãos competentes, com avaliação dos impactos ambientais e sociais e busca de alternativas que minimizassem esses efeitos. Esclareceu que existem equipes responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento das obras de mobilidade e infraestrutura, inclusive profissionais encarregados do afugentamento e acompanhamento da fauna, que existem auditorias, que todas as obras são acompanhadas de perto, pois são obras de grande impacto. Na sequência, integrante da sociedade civil afirmou que não considerava saudável negar problemas que, em sua avaliação, seriam visíveis no local. Alegou que determinadas medidas anteriormente combinadas e documentadas não estariam sendo cumpridas e mencionou a existência de abelhas na área que não constariam dos laudos. A representante do Poder Público reiterou que os laudos e relatórios estavam disponíveis e colocou a Administração à disposição para apresentá-los e acompanhar eventuais verificações. O Prof. Renan agradeceu a presença e a disponibilidade dos representantes públicos, mas observou que a reunião deveria ter ocorrido anteriormente, uma vez que seu agendamento estaria sendo solicitado desde fevereiro, que precisaria haver uma celeridade maior. Destacou a intensa participação da sociedade civil e ressaltou que o Conselho deveria constituir ambiente favorável ao debate e à transparência. O participante informou atuar profissionalmente nas áreas de ciências ambientais, engenharia ambiental, gestão ambiental e planejamento urbano. Em sua manifestação, destacou preocupações relacionadas à adaptação das cidades às mudanças climáticas, à perda da biodiversidade, à alteração do microclima e, especialmente, ao risco de enchentes. Mencionou o artigo 225 da Constituição Federal e

afirmou que Sorocaba teria sido selecionada entre dez municípios do Estado de São Paulo para integrar o programa AdaptaCidades, em razão de sua vulnerabilidade, sobretudo quanto às inundações. Segundo o participante, a intervenção ocorreria em área crítica e poderia agravar os riscos existentes. Relatou que os documentos apresentados indicariam elevação do terreno entre seis e sete metros em alguns trechos, o que poderia provocar impactos a montante da obra, principalmente sobre populações vulneráveis, situação relacionada ao conceito de racismo ambiental. Recordou que, após o alteamento da margem esquerda da Avenida Dom Aguirre, moradores teriam relatado episódios de entrada de água em suas residências, embora não fosse possível determinar, com segurança, se tais ocorrências decorreram da alteração do regime de chuvas, da impermeabilização do solo ou da própria intervenção. **O participante questionou se havia estudo nesse sentido e se vai haver ou não impacto e se tratando da continuidade da obra, pois entende ser um trecho muito pequeno nesse momento, a obra prevê uma extensão muito maior que isso e gostaria de saber, o que já havia sido colocado por outros colegas, mas que teria uma certa dúvida, é sobre a previsão orçamentária na LOA e prazo para a conclusão integral da obra. Em resposta, o Diretor do SAAE afirmou que a principal premissa das intervenções seria conter e minimizar os alagamentos que atingem as residências, sobretudo nas áreas mais vulneráveis, citando o Parque das Águas, Vitória Régia, Jardim Matilde e Jardim Sandra. Informou que o Município executa piscinões, vindo com todo esse amparo em cima das obras de macrodrenagem, além de ter contratado plano destinado ao estudo da drenagem de toda a cidade, de como minimizar todo esse problema. Esclareceu ainda que no dia a dia o rio vem trazendo impactos desde a região da Avenida Juvenal de Campos até o Parque Vitória Régia e que as intervenções buscam enfrentar prioritariamente os locais mais vulneráveis, minimizando ao máximo os problemas nessas regiões. Foram mencionados resultados positivos obtidos no Jardim Maria do Carmo e no Vitória Régia, onde, segundo informado, aproximadamente 150 e 100 residências, respectivamente, teriam deixado de sofrer alagamentos na última ocorrência de chuvas intensas. Também foram citados a ciência dos problemas no Jardim Sandra, Jardim Faculdade, Vila Assis, e relatando que a ideia é fazer equipamentos para melhorar**

isso. Quanto à pergunta sobre a marginal impactar isso, ele respondeu que na sua opinião ela está a jusante a esses problemas, os problemas já vêm de situações anteriores, e o que vem nesse estudo, é a previsão de fazer bacias para que se consiga segurar um pouco mais o remanso, o rio e não atinja as casas. Informou ainda que no Jardim Guadalupe há previsão da troca de nove travessias. Esclareceu que não é possível fazer tudo de uma vez, mas que para isso há um planejamento, que ninguém consegue corrigir uma cidade de uma hora para outra. O representante público afirmou que a obra da marginal teria como finalidade contribuir para a contenção desses problemas e melhorar o escoamento em áreas como Jardim Matilde e Vila Rica. Ressaltou que os problemas de drenagem existem há cerca de quarenta anos e que não seria possível solucioná-los integralmente de uma só vez, havendo planejamento para a execução gradativa das intervenções. Esclareceu ainda que é uma obra de expansão e de evolução da cidade. Diante dessa resposta, o Prof. Renan, pediu a palavra e pediu como segurança do Conselho deste tipo de colocação, disse: Houve um estudo e vocês estão dizendo que não há riscos de novos pontos de inundação. O Secretário Paschoni respondeu: "não em decorrência da obra". Na sequencia, a Secretária Jessica complementou a resposta contestando a alegação de que o alteamento chegaria a sete metros, esclarecendo que a elevação máxima seria de aproximadamente três metros em um dos pontos". O Prof. Renan ponderou que, em reunião realizada em 2024, teria sido apresentada elevação de quatro metros e que os documentos oficiais indicariam valores diferentes. Em resposta, foi explicado que os estudos inicialmente apresentados passaram por atualizações e compatibilizações após o início das obras. Reconheceu-se que alguns documentos, convertidos de arquivos técnicos para o formato PDF, poderiam dificultar a visualização das informações, mas foi afirmado que as cotas constantes dos projetos permitiriam acompanhar as elevações previstas. Jéssica informou que existiam duas situações, os estudos apresentados e as localizações e agora, com o início de obras, as atualizações e as compatibilizações efetivas dos projetos executivos. Todos os projetos são compatíveis com as cotas exatamente para que não haja esse tipo de problema. Também foi proposta a realização de reunião técnica específica para apresentação

detalhada dos projetos. Questionou-se, ainda, qual vazão teria sido utilizada nos estudos hidrológicos. O representante público informou que foram considerados dados correspondentes ao período de retorno dos últimos cem anos e afirmou que os aspectos técnicos pertinentes deveriam ser contemplados no projeto. O Prof. Renan perguntou ainda, se foram consideradas as áreas de inundação, o que foi prontamente respondido pela Jessica, que sim, caso contrário a CETESB não aprovaria. Na sequência, Renan informou que estava encerrando seu segundo biênio no Conselho e que não seria novamente indicado, em razão do limite de dois mandatos consecutivos. Como contribuição para a próxima gestão, afirmou que algumas pautas levadas ao Conselho deveriam ser revistas, por consumirem tempo que poderia ser destinado a discussões de maior relevância. Citou, como exemplo, os pedidos de poda e corte de árvores já analisados e autorizados pelos técnicos da Secretaria, considerando desnecessária a repetição dessa análise pelo colegiado e observando que tal procedimento também poderia atrasar o atendimento ao munícipe. Renan defendeu que temas complexos, como a obra da Marginal Direita, fossem objeto de reuniões exclusivas, pois a extensão das pautas ordinárias dificultaria o debate aprofundado. Também ressaltou a necessidade de maior transparência do Poder Público quanto aos estudos e laudos produzidos, bem como a importância de assegurar espaço efetivo para o diálogo com a sociedade civil. Ao final, representantes da sociedade civil reiteraram que compreenderam as explicações apresentadas, mas mantiveram a discordância quanto ao modelo de cidade e à supressão da floresta. Defenderam a busca por fontes de financiamento climático e afirmaram que cidades comprometidas com a sustentabilidade apresentariam maior segurança para receber investimentos internacionais. Ressaltaram que a retirada da vegetação seria irreversível e solicitaram a continuidade do diálogo, inclusive por meio de reunião com o Prefeito. A Secretária Jéssica reconheceu a importância dos recursos e instrumentos de financiamento climático, informando também atuar com essa temática. Ressalvou, entretanto, que esse não poderia ser o único critério para o desenvolvimento e para a realização de investimentos municipais, uma vez que a gestão pública deveria considerar, de forma conjunta, as dimensões ambiental, social, econômica, urbana e de sustentabilidade. Após os agradecimentos, a discussão sobre o tema foi encerrada. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h30min, e